



Sarney fez seu discurso com veemência, entre D. Marly e os governadores Valadares e Burity

Covas quer prioridade para regime e mandato

5 JAN 1988

CORREIO BRAZILIENSE

O senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, está convencido de que o sistema de governo e o mandato do Presidente da República, inclusive o atual, devem ser votados prioritariamente. Ele inclusive já analisou essa possibilidade com o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), que lhe pareceu sensível à ideia.

O deputado Jorge Arbage (PDS-PA), corregedor da Constituinte, anunciou que está pronta emenda, a ser apresentada junto com o deputado Delfim Netto (PDS-SP), determinando a realização de eleições gerais este ano. Os ocupantes de cargos executivos poderão disputar a reeleição sem desincompatibilização.

O presidente do PSB, senador Jamil Haddad (RJ), acha que a Constituinte não terá condições de rejeitar a proposta de eleições presidenciais este ano porque "a ojeriza ao presidente Sarney é muito grande". Acredita ele, no entanto, que o PMDB aprovará o sistema parlamentarista para conservar o poder até as eleições de 90.

DESCONTENTAMENTO

O senador Leite Chaves (PMDB-PR) pediu ontem ao líder Mário Covas que reúna com urgência a bancada do PMDB na Consti-

tuinte. Acha que o partido está sem rumo e precisa atentar mais para a insatisfação popular, que exige eleições neste ano.

Covas prometeu a Chaves convocar a bancada, mas prefere fazer reuniões menores, com dois ou três Estados de cada vez. A reunião de toda a bancada — 303 constituintes — não permitirá uma troca de opiniões como deve ocorrer neste momento. Chaves lhe revelou que fará o mesmo pedido ao líder no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP).

Covas também concordou com Leite Chaves em que há necessidade de a Constituinte votar previamente o sistema de governo e o mandato, que são, junto com a estabilidade, as questões mais polêmicas. Resolvidas essas três, as outras seriam equacionadas com mais facilidade. Ele não sabe, ainda, como será possível antecipar a votação do regime e do mandato sem quebra do Regimento, mas já conversou a respeito com Ulysses.

REAÇÃO

Defensor sistemático do mandato de cinco anos para o presidente Sarney, o corregedor da Constituinte, deputado Jorge Arbage, mudou de opinião após sair o recesso no Pará. Ele é, agora, a favor de quatro anos, frisando que essa é

uma exigência do povo, profundamente decepcionado com o governo José Sarney.

O líder do PDS, deputado Amaral Netto (RJ), continua favorável a cinco anos para Sarney, frisando que realizará eleições neste ano será entregar o poder ao ex-governador Leonel Brizola, que se aproveitará da difícil situação do País. Aceita as eleições este ano desde que sejam gerais, mas não acredita que o PMDB concorde.

DECEPÇÃO

O senador Jamil Haddad que percorreu vários estados durante o recesso parlamentar, não tem qualquer dúvida de que a Constituinte aprovará as eleições para Presidente este ano. Esta é uma reclamação do povo e os políticos não podem ficar indiferentes. Há em todo o País, a seu ver, uma profunda ojeriza ao governo José Sarney.

Parlamentarista, Jamil Haddad acredita que o PMDB votará a favor da mudança do sistema de governo. O objetivo é muito claro: o PMDB sabe que as eleições para Presidente são inevitáveis e não tem a menor possibilidade de vencê-las. Aprovando o parlamentarismo, o PMDB, que tem maioria absoluta na Constituinte ficará no Poder até 1990.

Lourenço vê o Presidente sem interesse

A Constituinte poderia aprovar o mandato de cinco anos e o sistema presidencialista se o presidente Sarney se interessasse. Foi o que disse ontem, o líder do PFL, deputado José Lourenço, reconhecendo, contudo, que o Presidente não parece mais interessado na questão.

Para José Lourenço, se houver recuperação da economia num período de 120 dias, no máximo, o governo poderá controlar a crise sócio-econômica e liderar a política, garantindo o mandato até 15 de março de 1990. O líder do PFL assegurou que haverá "cortes drásticos" na despesa, com redução de investimento e de custeio. Ele acredita que dentro de três meses, aproximadamente, a inflação estará controlada em torno de 10 por cento.

Ele garantiu, também, que o Centr-ao não pretende protelar os trabalhos da Constituinte, com o objetivo de inviabilizar as eleições em 1988. Mas se não houver condições de realizá-las em 88 declarou-se disposto a defender a coincidência geral em 90 — com eleições de presidente a vereador.

O líder pefelista confirmou que no último levantamento feito na bancada, no início de novembro, prevaleceram, por grande maioria, mandato de cinco anos a Sarney — 83 por cento — e presidencialismo — 86 por cento.

José Lourenço entende que se a crise sócio-econômica não for controlada dincumente serao evitadas eleições em 88 "e com isso ganhará o Brizola". Mas mostrou-se esperançoso numa melhoria substancial, observando que a economia e a política estão marchando lado a lado: "Por onde uma for, puxará a outra".

Eleição em novembro ganha força

GIVALDO BARBOSA

TARCISIO HOLANDA
Repórter Especial

Cresceu a convicção entre políticos de diferentes partidos de que dificilmente se evitará uma decisão do plenário da Constituinte fixando em novembro deste ano eleição para Presidente da República. O fato de a eleição direta em 88 contar com o apoio dos governadores mais importantes — Moreira Franco, Orestes Quêrcia, Miguel Arraes, Waldir Pires e agora do mineiro Newton Cardoso — e reconhecimento de Ulysses de que o povo quer eleição este ano, torna o movimento irresistível.

O clima no plenário da Constituinte revela a convicção de muitos parlamentares na fatalidade do pleito se realizar este ano. O deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG) afirmava que, antes de a Constituinte entrar em recesso, os 37 deputados federais de Minas se dividiam entre 27 pelo mandato de cinco anos e apenas 10 pelo de quatro anos. "Agora, temos 18 a favor dos quatro anos, e 18 pelos cinco anos", dizia.

CRISE DITA TENDÊNCIA

A impressão dominante ontem no Congresso era a de que o agravamento da situação econômica está mudando a tendência da maioria dos constituintes, que sofreram pressões em suas visitas às bases. O deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), que já foi defensor do mandato de cinco anos, dizia que a crise torna-se incontrolável e determina nova eleição presidencial a 15 de novembro deste ano.

O deputado Geraldo Ribeiro reconhecia que o agravamento da crise econômico-social mudou o ambiente em favor da eleição este ano. "Depois que o governador Newton Cardo-



Sant'Anna: encontro cordial, ontem, com Ulysses

so reconhecer ser esta a tendência, a maioria da bancada mineira deve ficar com os quatro anos," sentenciava.

O deputado Jorge Hage (PMDB-BA) lembrava que o governador da Bahia, Waldir Pires, conseguia a quase unanimidade da bancada federal do Estado em favor da implantação do parlamentarismo com mandato de quatro anos.

Os deputados do PMDB gaúcho Nelson Jobim e Antonio Britto não apenas anotavam o crescimento da tendência em favor das eleições diretas em 88 para escolha do futuro Presidente da República, como acentuavam que a tendência do partido é voltar às ruas para defender seus compromissos históricos. Antonio Britto dizia que a reunião dos históricos marcada para o dia 9 "é apenas parte de uma longa preparação".

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) não contestava o cresci-

mento da tese de eleição em 88 para Presidente em seu partido, mas advertia que, se Sarney "decidir partir para a ofensiva, não há dúvida de que conseguiremos garantir no plenário da Constituinte a eleição direta". Partir para a ofensiva significaria retirar dos cargos de primeiro e segundo escalão aqueles que não estão dispostos a defender a sua permanência por mais de quatro anos.

O líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, contestava a existência dessa tendência majoritária em favor da eleição em 88 e, portanto, do mandato de quatro anos. Argumentava que o PMDB não tem condições e nem candidato para disputar um pleito em 88, o qual só beneficia um candidato hoje no Brasil — Leonel Brizola. O líder reafirmava sua convicção de que a maioria dos constituintes votará pelo mandato de cinco anos: "Ainda há muito jogo pela frente".

Maciel busca reduzir poder

O presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE), decidiu apresentar emenda à Constituinte estabelecendo um sistema de equiponderância de poderes. De acordo com sua proposta o Legislativo e o Judiciário terão ampliadas suas atribuições e qualquer Poder terá condições de paralisar o outro se for do interesse público.

Marco Maciel decidiu apoiar, oficialmente, emenda reduzindo o prazo de desincompatibilização de seis para três meses a fim de que não haja qualquer empecilho para as eleições deste ano. Ele lembra que em 45, quando Getúlio Vargas foi deposto, o prazo não chegou a 90 dias.

A reunião da executiva do PFL, que estava convocada para amanhã, foi cancelada, devendo ser realizada no próximo dia 13. O argumento oficial para o adiamento foi o de que o Regimento da Assembléia Constituinte não está aprovado, não se sabendo, por isso, quando será iniciada a apreciação final da nova Constituição.

O PFL, porém, tinha interesse em adiar a Executiva por questões internas. Em primeiro lugar, o secretário-geral, deputado Saulo Queiroz (MS), não preparou o projeto para realização de prévias para escolha do candidato do Partido à Presidência da República. Em segundo, vários parlamentares acham inconveniente a realização de convenções municipais em 88 sem que se saiba como e quando haverá eleições.